



---

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**  
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 004/2025

Brasília (DF), 8 de janeiro de 2025.

Às seções sindicais, secretarias regionais e às (aos) diretoras (es) do ANDES-SN.

**Assunto:** Envia nota da diretoria do ANDES-SN em solidariedade ao povo Avá-Guarani.

Companheiras (os),

Encaminhamos, para conhecimento e ampla divulgação, nota da diretoria do ANDES-SN em solidariedade ao povo Avá-Guarani.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Prof.<sup>a</sup> Francieli Rebelatto**  
**Secretária-Geral**

## **NOTA DA DIRETORIA DO ANDES-SN EM SOLIDARIEDADE AO POVO AVÁ GUARANI**

O ANDES-SN se solidariza com o povo Avá-Guarani e repudia a violência e os ataques que ela(e)s estão sofrendo na região de Guaíra, no oeste do Paraná, desde o dia 29 de dezembro de 2024, deixando ao menos seis indígenas ferida(o)s por disparos de armas de fogo e casas Avá-Guarani e vegetação queimadas.

Entendemos que o mais recente ataque é parte de um processo de genocídio dos povos originários e, por isso, vimos prestando apoios materiais e políticos às lutas contra ataques como o ocorrido em dezembro do ano passado. É importante que as seções sindicais e as Secretarias Regionais se somem a esta luta.

No ataque mais recente, na noite do dia 3 de janeiro, quatro Avá-Guarani ficaram feridos por tiros. No mesmo ataque, uma criança de 4 anos foi atingida na perna, um jovem foi alvejado nas costas, outro indígena também foi ferido na perna e um quarto Avá-Guarani foi atingido no maxilar por um disparo efetuado com munição de grosso calibre.

O governo federal enviou a Força Nacional para atuar e conter a violência, mas a sua atuação, além de ineficaz, é criticada pelos povos indígenas. As denúncias são relativizadas e não impedem os ataques desde a retomada da Terra Indígena Guasu Guavirá, em 2018, pelos Avá-Guarani.

Em nota Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), a CGY (Comissão Guarani Yvyrupa), a Arpin Sul (Articulação dos Povos Indígenas do Sul do Brasil), a Arpin Sudeste (Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste) e o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) denunciaram esses graves acontecimentos criminosos e a atuação do governo federal, além do governo do Paraná, que, inclusive incita a violência contra os povos indígenas.

A superação estruturante dessa situação de violência e violações contra os Avá-Guarani e outros povos indígenas só será alcançada com a continuidade e finalização do procedimento administrativo de demarcação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá e das outras que ainda não foram demarcadas. Para tanto, é necessário que os poderes



---

**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Executivo e Judiciário do Estado brasileiro façam sua parte, considerando que a decisão sobre a validade do Marco Temporal está parada no Supremo Tribunal Federal. É necessário, também que o governo federal garanta os direitos e a proteção aos indígenas.

***Basta de ataques! Não ao Marco temporal! Demarcação já!***

Brasília (DF), 8 de janeiro de 2025.

**Diretoria do ANDES – Sindicato Nacional**